

A MULHER NO CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO

Pe. Henrique Ernesto Cervi
Professor de Direito Canônico

O Código de Direito Canônico de 1983 (CDC) manifesta claramente o esforço do legislador canônico em realizar, na disciplina da condição jurídica das pessoas, dentro da Igreja, as aquisições contidas na eclesiologia do Concílio Vaticano II, na ordem da *igualdade radical de todos* os que pertencem ao povo de Deus, e da *diversidade funcional*, no desenvolvimento da missão comum da Igreja.

Ora, o Concílio, falando da *mulher*, dizia, dentre várias outras referências, que ela, "ali onde ainda não o conseguiu, reclama a igualdade de direito e de fato, com o homem" ("*Gaudium et Spes*", 9b); mais adiante, afirmava: "e, como em nossos dias, as mulheres têm uma participação cada vez maior em toda a vida da sociedade, é de grande importância sua participação mais ampla nos diversos campos do apostolado da Igreja" ("*Apostolicam Actuositatem*", 9); e, ainda, numa franca promoção dos direitos da mulher, concluía: "as mulheres já atuam em quase todos os campos da vida, mas é conveniente que possam assumir em plenitude seu papel, conforme sua própria natureza" ("*Gaudium et Spes*", 60c).

O CDC, assumindo a doutrina conciliar, leva-a à consequência de não estabelecer diferenças entre o homem e a mulher, mas, pelo contrário, de confirmá-los numa *fundamental e substancial igualdade* (Cân. 208) e numa *diversidade funcional* que definem a condição jurídica das pessoas, dentro do ordenamento canônico.

Assim, diante da atual Lei da Igreja, homem e mulher são, todos, fiéis ("*Christifideles*"), batizados, membros do povo de Deus, participantes, a seu modo, do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, e chamados, ainda, a exercer, segundo a condição própria de cada um, a missão que Deus confiou para a Igreja cumprir no mundo (Cân. 204 § 1).

Esses mesmos fiéis — homens e mulheres, sejam clérigos, leigos, religiosos e religiosas — participam de todos os direitos e deveres próprios da condição universal de *fiéis* (Cân. 208-223). Já a partir do Cân. 224, até o Cân. 231, o CDC estabelece os direitos e deveres comuns a todos os *fiéis leigos* — homens e mulheres, incluindo os religiosos não-ordenados e as religiosas (Cân. 207, 588 § 3), salvos os direitos e deveres próprios destes últimos.

Ao contrário do Código de 1917, que estabelecia muitas restrições à participação da mulher na vida da Igreja, o CDC de 1983, no ordenamento fundamentalmente paritário, entre homem e mulher, define, apenas diferenciações constitucionais,

Ao contrário do Código de 1917, que estabelecia muitas restrições à participação da mulher na vida da Igreja, o CDC de 1983, no ordenamento fundamentalmente paritário, como temos visto, entre homem e mulher, define, apenas, *diferenciações constitucionais*, entre os sexos, numa referência constante à *ordem sagrada*, à qual as mulheres não têm acesso (Cân. 1024).

A partir dessa posição, podemos entender porque a mulher fica *excluída* dos *ministérios instituídos* (*leitorado e acolitado*), enquanto assumidos estavelmente e conforme o rito litúrgico prescrito (Cân. 230 § 1), embora ela possa, *em pé de igualdade com o homem*, exercer os *ministérios temporários e extraor-*

dinários e assumir inúmeros *ofícios eclesiásticos* que não dependam da sagrada ordenação, como, por exemplo, os de Chanceler (Cân. 483 § 2), Juíza (Cân. 1421 § 2), Defensora do Vínculo (Cân. 1435), Econômica (Cân. 494), Encarregada de uma paróquia (Cân. 517 § 2).

Tal diferenciação encontra sua justificativa no fato de o leitorado e o acolitado representarem, na atual disciplina, peculiares "*munera*" e "*officia*" comuns aos ministérios instituídos e aos ministérios ordenados (Cân. 1035 § 1). A mais íntima participação do leitorado e do acolitado no ministério hierárquico justifica o fato de que a sua recepção, de modo estável, comporte na sua *reserva* aos fiéis leigos do sexo masculino, os únicos admitidos à sagrada ordenação.

A análise propositadamente mais detida desta questão particular servirá, acreditamos, para iluminar a generalidade das diferentes posições do CDC com relação à participação da mulher na vida da Igreja.

E, à guisa de conclusão, devemos lembrar que, nessa mesma linha, os próprios homens estão, também eles, enquanto fiéis leigos, *excluídos* de todo e qualquer um daqueles demais ofícios, na Igreja, que exijam, de algum modo, para o seu exercício, a recepção da ordem sagrada, especialmente sacerdotal ou episcopal, como, por exemplo, os ofícios de Vigário-Geral, Vigário Episcopal (Cân. 478), Vigário Judicial (Cân. 1420 § 4), Pároco (Cân. 521 § 1).

Endereço do autor: Rua Esteves Junior, 105 — Centro — 88010 — Florianópolis, SC.

SETE MULHERES CATARINAS E OUTRAS MAIS

"Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele os criou, homem e mulher os criou" (Gn 1,27). A partir da instauração definitiva do Reino, porque nos revestimos de Cristo, "não há judeu nem grego. . . não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo" (Gl 3,28).

Pe. Hélcion Ribeiro
Professor de Missiologia

No plano de Deus, a mulher é sua imagem *também*. E no Cristo, não existe mais a superposição ou dominação do masculino sobre o feminino. No entanto, Deus pai-mãe e seu Cristo estão — ainda hoje — vencidos por nós homens, pela nossa cultura, inclusive pela religião cristã e pela Igreja católica. A recuperação primordial da igualdade mulher/homem e a restauração da dignidade de mulher são necessárias e inadiáveis na vivência do Reino de Deus começado aqui. No Reinado de Deus entre nós — não podemos admitir que lá, entre os bem-aventurados da Parusia, seja assim também — a discriminação sexual, por sua tão forte intensidade, não pode continuar sendo anestésica como o é atualmente. Contudo, inúmeras vezes — femininas e masculinas — têm-se empenhado na recuperação do lugar da mulher e conseqüentemente na equilibração social.

Assim sendo, inúmeras bandeiras têm sido erguidas nos últimos tempos e fincadas nesse chão do Reino de Deus. Inegavelmente são sopros do Espírito Santo "que sopra onde quer" (Jo 3,8), discutíveis sendo as maneiras de captá-los. Assim, os movimentos emancipacionistas das mulheres tiveram momentos de radicalização, de recusa do diálogo, de aceitação. Foi no avanço e na compreensão do fenômeno que se percebeu a marginalização de 50% da humanidade. Ao poder serem questionados o patriarcalismo — pela antropologia, o trabalho — pela produção, a criatividade — pela arte, a filosofia — sobretudo pelo urbano, e o cotidiano — pela evidência, fez-se mister compreender que o

plano de Deus inclui a igual dignidade de suas filhas e de seus filhos. A recuperação ou conquista do lugar da mulher, com freqüência tem sido incômoda para o homem e tantas vezes para a própria mulher. Todavia, a sua necessidade não se fundamenta na cultura, nem mesmo no próprio ser humano — apesar de passar por uma e outro — mas a sua base está na antropologia crística (Gaudium et Spes 22) ou, mais propriamente, na realidade da Santíssima Trindade.

A radicalidade do ser humano tem sua culminância em Jesus Cristo que recriou nele mesmo a humanidade nova. Nele e por ele, recuperamos o nosso ser-imagem-semelhante-de-Deus (isto é nossa fé, e é o que cremos). Contudo, o rosto humano ainda não está *configurado* nem com o de Cristo nem com o da Trindade Santa. A *desfiguração* crística está gritando na humanidade sofredora, pobre e empobrecida à beira dos caminhos da vida. A *prefiguração* trinitária morre na falta de comunhão e participação amorosa de mulheres e homens que deveriam ser construtores do amor que se ama no mútuo e gratuito enriquecimento do gênero humano. A *transfiguração* do ser humano dar-se-á à medida que abandone tudo quanto o faz “não-gente”, e aí, as marginalizações e discriminações — tanto pessoais quanto estruturais. A real *figura* humana exige eliminação de preconceitos e prepotências em todos os níveis.

O Evangelho inclusive, ao se inculturar no Império romano do ocidente, assumiu, através da Igreja, toda a carga cultural do machismo. E com esse pressuposto nasceu, desenvolveu-se e vive até hoje. Sua base, porém, tem sido questionada pela teoria e pelo cotidiano. Tal fato também se dá em SC: afinal essa terra também contém e detém sementes do Reino de Deus e parcelas do mundo. Assim são inúmeros os “Encontros de Estudos sobre a Mulher em SC”; mencionamos apenas os de faixa eclesial: “A mulher na Bíblia”, “A luta da mulher e a Bíblia”, “A mulher e a história da Igreja”; convém ainda citar o “Grupo de Estudo de Mulheres”, nascido com alunas do ITESC e que, crescendo, veio a independizar-se.

A cotidianidade marcou a mulher catarina e deu impressão de que ela não fez história. Mas como a história é lida sempre pelo prepotente e pelo vencedor — no caso, o homem — a história da mulher tem sido ignorada. Nosso texto objetivo, por um lado a recuperação da história e da contribuição feminina na construção de nosso Estado e de nossas Igrejas particulares; por outro lado, abre fronteiras para a luta e reflexão. De olho no presente, não podemos esquecer que as gerações atuais educarão as do ano 2.000. Daí não nos interessar o triunfalismo efêmero das realidades que são instrumentos, mas a efetiva proposta do plano de Deus. Nesse sentido, correr o risco de propor os suspiros do Espírito se torna um imperativo para nós ao olharmos o nosso passado e fixarmos-nos no futuro para construir desde o presente o Reino de Justiça e de Fraternidade.

As prototípicas mulheres catarinas são “sete e outras mais”. . . Fomos procurá-las na história, crendo que a kenótica feminina foi capaz de esperar toda a sua luta,

As prototípicas mulheres catarinas são “sete e outras mais”. . . Fomos procurá-las na história, crendo que a kenótica feminina foi capaz de esperar toda a sua luta, mas sobretudo de indicar a irrupção da vida nova que se está gestando no silêncio, na inviolabilidade, no participativo e no assemelhar-se ao Deus mãe-pai.

1. A anônima que se manifesta

A historiografia desconhece a missão da mulher em nossas terras. A mulher imigrante vinda no século passado e começa deste, não apenas foi a dona-de-casa, mas a co-construtora de nossas cidades pequenas e grandes. Ela, de sol a sol, ao lado

A dona de casa é capaz agora de sair de seu lar e bater panelas reivindicando direito de moradia, abatimento de taxas de luz e água. Ela passou a ter um nome: o seu; não mais o de “esposa de fulano de tal”.

do companheiro e dos filhos — por vezes paridos no trabalho — plantou e colheu a roça, fez a mamadeira e o vinho. A luso-açoriana — tanto do planalto quanto do litoral — anulou-se ante o prepotente machismo. A mulher oestina foi também pioneira e desbravadora, sem contudo intrometer-se na violência primeira gerada pela ocupação das terras novas (como no caso da Chacina de Chapecó).

Umas e outras, pari-passu, ombrearam com o homem na faina familiar; todavia elas estiveram sempre em segundo plano na hora da decisão, da comercialização dos produtos e do lucro. As ideologias políticas e religiosas reforçaram a posição do homem como cabeça do lar, onde a mulher era sua subordinada.

No entanto, a história mudou, e há quem não tenha percebido. A anônima começou a se manifestar. Foi exatamente no Oeste catarinense, que sob o sopro de Deus, as mulheres agricultoras — como leões — se ergueram em defesa de seus direitos. O grito feminino, nascido no campo, espalhou-se já por todo o Estado, e inclusive para outros Estados. E a agricultura tornou-se interlocutora no sindicato, nas associações, nos partidos políticos e agora até na Assembléia Legislativa. No mundo da técnica, das ciências e da filosofia, a nova mulher catarina deixa de ser simplesmente a faxineira ou servente, mas já vai assumindo seu ser faxineira ou servente e outros postos de comando, por sua competência profissional. Exemplifica isso a presença da mulher sindicalista, política, científica e letras. A dona de casa é capaz agora de sair de seu lar e bater panelas reivindicando direito de moradia, abatimento de taxas de luz e água. Ela passou a ter um nome: o seu; não mais o de “esposa de fulano de tal”. É bem verdade que mulheres burguesas de classe alta e média continuam desfilando em colunas sociais, fazendo o jogo da “society” num sistema de estruturas arcaicas, sustentando a dominação machista. Evidentemente grande parte da juventude e adolescência femininas fazem sua cabeça pelas novelas de rádio e TV: mas essas não só permanecem no anonimato, mas se massificam.

2. A heroína que traiu a heroína vencida na história

Anita Garibaldi é a heroína catarinense, cujos méritos vividos nesta terra são tão-somente os de ter lutado por e com o seu homem, afrontando a moral da sociedade de então, tornando-se também uma celebrada guerrilheira. A história reservou-lhe, depois, páginas grandiosas que falam de miséria, fome, paixão, violência e dedicação.

Maria Rosa é a heroína vencida. No movimento messiânico do Contestado, durante sete meses liderou o grande “êxodo dos oprimidos” — pobres e crentes — que abandonaram Caragoatá rumo ao Reduto de Pedras Brancas. E aí a virgem Maria Rosa, imprimindo ao movimento um cunho de desescatologização, estabeleceu conscientemente objetivos materiais dessa mesma fé: terra, trabalho e fraternidade. Maria Rosa fez a fé cristã tomar formas concretas de transformação social. É sob sua coordenação que se experimenta, no Contestado, o maior tempo de vida fraterna, com tempos de paz, onde todos viveram como irmãos, dividindo seus bens com alegria, perseverando na crença religiosa, tendo tudo em comum, mesmo a miséria. Evidentemente, longe de serem a idealização do paraíso, os redutos viveram, em meio às alegrias, as tensões próprias do “banquete messiânico” vivido numa “cidade secular” pobre.

Essa catarina Maria Rosa não mereceu ainda uma palavra de glória na historiografia catarinense; a mulher catarinense a

ignora. Mas ela ajudou a construir Santa Catarina, mesmo que não tenha seu nome nas ruas, vilas e cidades — como a outra. A história dos pobres reservou-lhe, contudo, recentemente seu nome para uma favela na periferia da cidade de Irani, além de algumas notas — e depreciativas — nos livros de história dos homens.

A mulher catarina é uma lutadora: lutadora silenciosa na roça, na indústria, nos serviços terciários, na comunidade, na Igreja e nos grupos menores. E tem obtido vitórias que podem sustentar e fortificar o sistema iníquo de exploração e privatização ou podem abrir portas de libertação para a convivialidade fraterna.

O crescente individualismo edonista e narcisista, que se implanta entre nós através de certos MCS, contrasta com a proposta cultural catarinense, especialmente vivenciada por nossas mulheres: do espírito comunitário, nascido na expansão pioneira do Estado ou nas correntes imigratórias ou ao redor do fogão de pedra da casa ainda sem luz elétrica. Nossa mulher vai-se definindo entre o privatismo ou a solidariedade. A primeira, aparentemente vencedora, no concreto nega sua identidade. A segunda, abre-se para construir a sociedade nova, apesar de todas as dificuldades e aparências de ser vencida. E para homenageá-las se aponta à cruz vitoriosa de Jesus, vencido que venceu pelo amor materno-paternal onipotente de Deus.

3. A beata que optou pelos pobres

A tensão e a recusa à evangelização vividas pelos ricos são expressão legítima da falta de conversão deles, bem como da falta de pedagogia jesuânica dos evangelizadores.

O Evangelho não é exclusividade de classes sociais. No entanto, nele se faz uma clara opção pelos pobres e simples. Para instaurar o Reinado de Deus, Jesus exige de seus seguidores passar pelo amor libertador — por vezes libertário — dos pobres. A atual desinstitucionalização do poder-dominância na Igreja, que busca o poder-serviço, tem alimentado inúteis polêmicas anticristãs. A tensão e a recusa à evangelização vividas pelos ricos são expressão legítima da falta de conversão deles, bem como da falta de pedagogia jesuânica dos evangelizadores. Esse pecado intra-ecclesial imputado a uns e outros poderá ser superado à medida em que a efetiva libertação for implantada para os 68,15% de nossas famílias cujo(a) chefe ganha abaixo de três salários mínimos, ou para os 74,96% da mão-de-obra catarina cujo rendimento mensal é de 1 (um) salário mínimo (dados do IBGE, 1980).

A mulher em Santa Catarina vem construindo uma história de apoio libertador ao pobre. As formas dessa história variam ou convivem no tempo em suas dimensões de assistencialismo (ainda mais freqüente), de promoção e de libertação. A solidariedade entre os pobres é ímpar. Já em outras classes há uma variação grande. No entanto, cristãs ricas têm ombreado com suas companheiras do tempo de Jesus. Inúmeras discípulas (cf Mc 15,40; Lc 23,55s) experimentaram a plenitude de vida (cf Lc 8,2; Mc 5,25-34), recuperaram a saúde e participaram de seu movimento. Algumas delas trouxeram seus bens ao serviço de Jesus, em favor dos pobres (cf Lc 8,3) e foram anunciadoras da Boa Nova. Paulo contou com o apoio de inúmeras delas. Vale lembrar Lídia (At 16,14s) e Prisca (Rm 16,3).

Pelos morros e favelas, nos barracos e casebres, pelas repartições públicas e hospitais, vilas e cidades, encontramos uma centena de cristãs de classe média e alta que têm posto sua vida, sua instrução e sua situação econômica a serviço de Jesus, em favor do irmão pobre, optando pelas classes populares. Não poucas se têm despojado de seus anéis e brincos de ouro para promover o irmão. Essas e todas as outras se encontram na história com a histórica Dona Joana de Gusmão.

A santista Joana de Gusmão já chegou viúva em SC. Por

motivos alheios à sua vontade, aqui interrompeu o voto pessoal de peregrinar pelo mundo. Fez-se membro da Ordem Terceira de São Francisco na Ilha do Desterro e, angariando esmolas, construiu, a partir de 1762, a capela do Menino-Deus e uma escolinha de meninas pobres. A crônica registra a estima e o respeito que a Vila do Desterro tributou a essa mulher franciscana e asceta, a quem o Governador Veiga Cabral elogiava como “tão virtuosa e sábia mulher”. Essa irmã do padre-aviador e do estadista-secretário do rei Dom João V de Portugal, entregou-se em terras catarinenses à caridade e à fé: em Deus encontrou sua força e nos pobres encontrou Deus. Em 1780, com 92 anos, e conhecida como “a beata Joana”, morreu para esta vida. Não obstante, sua fama de santidade e caridade perdura entre inúmeros ilhéus ainda hoje.

4. No machismo, a devoção à Virgem

A mulher catarinense é historicamente cristã, e particularmente católica. No litoral e no planalto, foi ela uma evangelizadora. O clero, até a proclamação da República, foi — de modo geral — sacramentalizador e, depois dela, por sua tão escassa presença, não atingiu a todos os “rebanhos dispersos”; salvo o clero estrangeiro-imigrante, que acompanhava seu “rebanho ghe-

a mulher continuava mantendo a vida de oração e fé em casa, na escola e na capela. Exerceu esse magistério como carisma, pois nunca que foi oficializado esse dom que Deus lhe conferiu.

toizado”. Foi desse modo que a iniciação à Igreja, bem como à catequese, foi assumida pela mulher. A mãe educou as filhas e os filhos na fé. O clero, quando de passagem pelas vilas e fazendas, confirmava a fé, batizando, casando, confessando, sacramentalizando; enfim, fazendo as desobrigas. A sua partida, a mulher continuava mantendo a vida de oração e fé em casa, na escola e na capela. Exerceu esse magistério como carisma, pois nunca que foi oficializado esse dom que Deus lhe conferiu. Ainda hoje continua predominante a presença da mulher em SC na catequese (15.580 mulheres x 5.307 homens), é majoritária sua presença e liderança nos Grupos de Família ou CEBs (é constante a crítica da falta de presença e participação dos homens aí), no ministério do culto e da liturgia da Palavra sua presença é muito forte. São maioria como Ministras dos Enfermos. São elas lutadoras do Evangelho como o foram as colaboradoras de Paulo: Evódia e Síntique (Fl 4,2s), Trífena, Trifosa e Pérside, Prisca, Maria, Júlia, a diaconisa Febe e a apóstola Júnia (Rm 16,1-15), etc. Predominam nas assembleias paroquiais, comarcais, e estão presentes nas diocesanais. São ativas e dedicadas em todas as “pastorais”. Há muitos cristãos que preferem “localmente” a “missa da irmã”, ao invés da do padre. Nos meios populares explode a presença da mulher como Igreja e, aí, no mundo oficial religioso em SC, se percebe a inserção das religiosas. No ITESC, desde sua fundação, elas têm estudado Teologia. Algumas catarinenses começam a ser pregadoras de retiros até para homens. Em diversos cursos de aprofundamento e atualização elas são visível maioria. Por outro lado, é relativamente menor o espaço de renovação e criatividade masculina dentro da Igreja catarinense. E certamente não o será pela ausência de dons e graças da Trindade Santa aos homens de nossa Igreja.

A partir dessa situação se planta como necessária a discussão do poder e da ministerialidade nas Igrejas particulares em SC. Por que a preferência exclusiva pelo masculino, se o que vale é a palavra bíblica inspirada por Deus em Gl 3,28, de que *somos todos iguais em Cristo*? Em 1976, a Pontifícia Comissão Bíblica foi unânime em afirmar que a partir do NT não se pode afirmar ou negar a ordenação de mulheres; e por 12 votos contra 5 se negou que a ordenação de mulheres contrarie a intenção

de Cristo e que, apenas a partir das Escrituras, se possa excluir a ordenação de mulheres (cf. "Estudos da CNBB", documento n.º 47, sobre "Os leigos na Igreja e no mundo", pág. 76). Evidentemente, outras bases devem ser discutidas nessa questão.

O acesso à igualdade na participação e decisão não será de hoje para amanhã; contudo a Igreja do ano 2.000 conviverá com essa questão de modo menos tenso que nós hoje.

O acesso à igualdade na participação e decisão não será de hoje para amanhã; contudo a Igreja do ano 2.000 conviverá com essa questão de modo menos tenso que nós hoje. O medo da discussão pode e deve ser superado com a perspectiva aberta por João Paulo II ao não mais falar em "tradição eclesial" (que é algo estrito), mas em "decisão tradicional histórica", que reserva aos homens a hierarquia da Igreja. Todavia a discussão sobre o acesso das mulheres aos diversos ministérios deve ser superado na própria substituição do discurso "leigo-clero" pelo de carismas e ministérios, que é a forte discussão teológica deste final de década e século na Igreja; e particularmente na América Latina isso se faz mais necessário para ela continuar sua ministerialidade necessária como Igreja que se despoja do luxo e do poder, optando pelos pobres. Essa discussão, para nós em SC, encaminhará — inclusive — a superação histórica do machismo (particularmente no planalto e no oeste) que, para dominar, acentuou tão fortemente o culto à Virgem Maria, inclusive como forma de sublimação do jogo do poder social, cultural e religioso. Ainda mais, a coragem de discutir — o que ainda não significa admitir e acolher — é um passo desafiador da conversão ao Evangelho e ao Reino de Deus, onde a Igreja é instrumento, instrumento de salvação.

5. A operária que trocou a roça pela fábrica

Em 1950, apenas 8% das mulheres em SC exerciam atividades remuneradas; essa percentagem elevou-se para 20% em 1980 e, certamente, nestes últimos anos, o crescimento deve ter-se elevado muito mais. A esses dados some-se também o fato de que em 1960 a população urbana catarinense era de 32% e em menos de 25 anos ela dobrou (65%), enquanto no meio rural encontramos 35% com tendência constante a diminuir.

Nas indústrias catarinenses é crescente a presença feminina. Em geral, a operária vem do meio rural, da roça, atraída pelo capitalismo industrial e suas decorrências, invertendo o antigo dito popular "é melhor magro no mato que gordo na barriga do gato". Em "nova submissão", "A população feminina transformou-se em principal reservatório da força do trabalho, que passou a ser fundamental no mecanismo de acumulação do capital, já que a taxa de emprego não pode ser separada da correlata taxa de desemprego" (Anita Moser). O êxodo-do-egito catarinense aparentou sinais de libertação; contudo floresceram bruscos comportamentos liberais que se tornaram geradores de novas dependências e submissões. A miragem da "terra prometida" pelo trabalho assalariado está consistindo numa possibilidade de independência em troca de grande parte de sua vida. O problema não está no trabalho em si, mas no sistema que usa o trabalho dessa mulher.

O processo de inserção na cultura urbana e na produção industrial tem levado a mulher catarinense a um deslocamento de sua identidade sem grandes possibilidades de um domínio do seu próprio ser como pessoa e como mulher. É certo que a voz de Deus para que o mundo seja cultivado ou dominado por todos nós, pressupõe o desenvolvimento das ciências e tecnologias diversas e que a cultura se adeque ao crescimento da mulher e do homem. No entanto, tal preço tem sido caro para a operária da indústria catarinense. A não-realização pessoal de

muitas delas indica que o trabalho ainda não está a serviço da pessoa humana e que o Reino de Justiça e de Fraternidade não está suficientemente maduro entre nós.

A espiritualidade da atual mulher em SC não será mais simplesmente desenvolvida entre fraldas, mamadeiras, camas e cozinhas, mas também na decisiva colaboração como parceira na agricultura, indústria, comércio, escola, política, ciências e artes.

A nossa postura frente à mulher operária não se prende a uma recusa ao trabalho feminino. Antes cremos que a mulher hoje se realiza à medida que co-participa na construção — inclusive fisiológica — do mundo, da nova sociedade. A espiritualidade da atual mulher em SC não será mais simplesmente desenvolvida entre fraldas, mamadeiras, camas e cozinhas, mas também na decisiva colaboração como parceira na agricultura, indústria, comércio, escola, política, ciências e artes. Sua espiritualidade se fundamenta não na proletarização, mas no assenhramento de seu trabalho e de sua criatividade.

6. Essas moças que queriam, mas não puderam ser radicais

É tão antiga quanto longa a tradição da vida religiosa (VR) em SC. Longa, porque antes de completar o primeiro cinquentário da invasão portuguesa no Brasil — é testemunho do Pe. Manuel da Nóbrega — os dois primeiros evangelizadores, os frades Bernardo Armenta e Alonso Lebron — chegados em SC em 1538 — haviam tão bem pregado a doutrina cristã que índios e índias Carijós optaram pela VR, vivendo em casas de recolhimento como frades e freiras (cf. T. Marchiori, "Terra dos Carijós").

Uma das características de nossa vida intra-eclesial é o tão grande número de religiosos e religiosas. Em todos os Estados do Brasil encontram-se muitas freiras e padres catarinenses. As religiosas são mais numerosas e pertencem às mais diversas congregações. Igualmente a presença de religiosas, no Estado, é muito intensa: são 1.777 irmãs, que vivem em centenas de casas (se bem que quantitativamente e em proporção venham elas diminuindo nos últimos anos). As religiosas, em SC, têm também uma gama de engajamento muito variada. Assim, há irmãs e congregações muito conservadoras e encerradas em suas grandes obras, quase sempre a serviço da burguesia (em algumas percebe-se o esforço de redimensionar seus serviços, mas pouco têm conseguido); há irmãs e congregações com um discurso progressista, mas uma prática tradicional e aburguesada; bem como há irmãs e congregações inteiras profundamente inseridas nos meios populares, que redescobrem o sentido de suas congregações como também um modelo alternativo de VR.

Mesmo em que pese a verdade de muitas delas terem sido meninas da roça, pobres, com pouca instrução, todas elas sonharam em radicalizar a própria vida a serviço de Deus e das pessoas. A Igreja, através das congregações, acolheu a todas e a outras mais. Grande parte delas se ajustou às predeterminações (muitas vezes, masculinas) da VR e viveram (e vivem) felizes.

É curioso observar, quanto à VR, que em SC também foram geradas congregações religiosas. Uma masculina, de duração efêmera (1900-1905). Porém são quatro as femininas e todas elas sobrevivem até hoje. Terão estas algum carisma especial, terão trazido elas alguma contribuição original à Igreja Universal ou mesmo às nossas oito Igrejas particulares? — Talvez, das quatro, algumas tenham sido sonhadas como projeto inovador, mas barradas pela legislação canônica, viram-se obrigadas a empadronizar-se com o já existente e quicá alguma tenha até se aburguesado. Contudo, como homenagem se quer destacar aqui a ousadia de algumas irmãs que, sentindo fortes apelos de Deus, conseguiram

romper estruturas pesadas, conservadas por província local e, após lutas ingentes e processos diversos, foram acolhidas responsavelmente pelo bispo Gregório, de Joinville; assim hoje a "Fraternidade Esperança" — que é uma "congregação em formação" — tem todas as suas "irmãs", sem exceção, inseridas em serviço libertador nos meios populares. As dores e incompreensões iniciais se tornaram sementes de uma VR vivida junto aos mais pobres como um desafio e questionamento a suas coirmãs.

Recriar a VR em SC é sinônimo de admitir a vitalidade de Deus num processo libertador de comunhão e participação dessa Igreja-mistério, feita de santos e pecadores.

Recriar a VR em SC é sinônimo de admitir a vitalidade de Deus num processo libertador de comunhão e participação dessa Igreja-mistério, feita de santos e pecadores. A mulher religiosa não pode viver amando a Deus, esquecida de seus irmãos e irmãs, sob pena de ser mentirosa (cf. 1Jo 4,20). Ela não pode decepcionar-se em sua opção, mas também não tem o direito de decepcionar suas irmãs e seus irmãos.

7. Da negra e da "outra"...

A subserviência da mulher e o machismo emprestaram forte coloração à discriminação por sexo. Mas, a dupla marginalização se fez mais forte em relação à mulher negra e à "outra".

Ao que parece, SC não recebeu diretamente nenhuma africana bantu ou sudanesa. Foram poucas as escravas (e os escravos) de nação, isto é, africanas natas, aqui chegadas. A grande maioria foi crioula (já nascidas no país). Sua faina, geralmente, esteve ligada às casas de família; aí eram cozinheira, doceira, engomadeira, ama, etc. Outras pretas — já livres — vieram do RS, após a guerra do Paraguai. Pretas — escravas ou livres — sempre foram rejeitadas por nossas sociedades brancas dominadoras. A mesma marca de discriminação que essa brasileira carrega em outros Estados, aqui também se chega a sentir. Ela, por ser negra, foi judiada e usada, sugou-se-lhe tudo: desde o seio cheio de leite até à vida...

Atualmente a mulher negra em SC vem se articulando também no Movimento de Consciência Negra, na Pastoral do Negro, etc. As discriminações foram sustentadas, na prática, dentro da própria Igreja catarinense: veja-se quantas religiosas negras existiram ou existem entre nós...

Ao lado da negra, em último lugar está também a "outra". A "outra" pode ser a "mulher da vida", a concubina ou a amante. Fortemente recriminada pela sociedade tradicionalista e "de tradição", a "segunda mulher", ou "a da rua" marcou muito o planalto serrano. O fenômeno atinge proporções tais que a cidade de Lages é considerada em pesquisas da Unesco como uma das primeiras do país no sentido de tráfico de mulheres.

O problema econômico e o machismo no caso da "outra" foram neutralizados tão fortemente pela moral sexual que fez "dela" uma faltosa de tamanha gravidade. Evidenciá-la como pecadora era preciso, pois assim ficariam velados também um compromisso conjugal malcumprido, uma prepotência de classe social e abuso cultural, tudo em nome de uma moral com pedras na mão dos (e das) sem-direito-de-atirar-a-primeira pedra (cf. Jo 8,1-11). Mesmo reprimida, a "outra" conseguiu sobreviver para ser uma denúncia viva de que o erro transcende a sua vida fácil. Também essa "outra" passou a associar-se, constituindo os chamados grupos de "Mulheres marginalizadas", pois, se ainda não tem a certeza plena de preceder aos "bons" no Reino dos céus (cf. Mt 21,31s), ao menos quer mitigar a dor da pobreza e a humilhação de ter sido traída e rejeitada.

Para ir concluindo: Na construção da sociedade nova, tiram-se lições das sete mulheres catarinas e da Trindade Santa

A emergência das sete mulheres catarinas e outras mais passa a questionar o romantismo de "mulher catarinense", exigindo um maior realismo da própria sociedade. O empobrecimento crescente que nos atinge, torna mais forte o grito de significativa parcela de nossa gente. Deus foi-lhe emprestando sua voz, e a voz de Deus agora brada pelo "êxodo" dos preconceitos rumo à dignificação de todos, fazendo que últimos passem a primeiros lugares. É mister reconhecer que indissolavelmente ligadas à construção de nossa sociedade estão as mulheres, apesar de parecerem ausentes. As sete mulheres catarinas — aqui prototipificadas histórica e sociologicamente — nos dizem que Deus revela grandes coisas aos sábios e aos pequeninos. Impõe-se, pois, às cristãs e aos cristãos uma nova leitura corajosa desses anseios divinos para fazer novo e de novo o anúncio do Evangelho. O feminino catarina suscita desafios como os que procedem do Deus Libertador.

Deus mãe-pai faz desdobrar sobre suas filhas e filhos a plenitude da vida trinitária na medida em que os homens e a própria Igreja acolherem em seu seio a mulher — particularizadamente a mulher pobre e empobrecida.

Na Trindade, a dissemelhança propõe a intimidade e a comunhão gera a vida. Deus mãe-pai faz desdobrar sobre suas filhas e filhos a plenitude da vida trinitária na medida em que os homens e a própria Igreja acolherem em seu seio a mulher — particularizadamente a mulher pobre e empobrecida. A gente catarina acreditará e se valerá do Deus dos cristãos à medida que a aceitação do plano divino for recuperado: a igual dignidade de suas filhas e filhos. É certo que a dignidade não passa só pela desmontagem sexista. Todavia, sem reconhecer a necessária presença do sexualmente diferente, serão inviáveis a fraternidade e a comunhão geradas no modelo trinitário.

A recuperação da primordial igualdade mulher/homem e a restauração da dignidade da mulher — necessidades inadiáveis para o estabelecimento do Reino — hão de ser simultâneas não apenas à criação de supletivos programas alternativos, mas à universalização dos direitos básicos de vida. Tal possibilidade somente será viável à medida que se supere o atual modelo econômico-social vigente. Se no passado ele foi chance para promover até certo nível algumas pessoas, é urgente a busca de um sistema social mais amplo e melhor — mesmo que o ideal ainda não exista — a fim de que se concretizem os sonhos da utopia virar topia.

Também a lição destas sete mulheres catarinas pode apresentar interpelações profundas e contribuições efetivas para a busca desse novo que nós já antevemos como que por espelhos.

Endereço do autor:
Casa Paroquial — Guarujá
88500 LAGES — SC

A Sexualidade Feminina

Pe. Orlando Brandes
Professor de Teologia Moral

Introdução

A Encíclica Pacem in Terris de João XXIII, publicada na Páscoa de 1963, chama a atenção para três fenômenos que caracte-